

4.6 Registros de Mídia ¹¹			
			<i>Patrícia Helena Gambogi Bóson, o assessor especial da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), José Cláudio Junqueira e o coordenador das promotorias de justiça da Bacia do Rio São Francisco, promotor Alex Fernandes Santiago</i> .
Apple Podcasts ¹³	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Apple podcasts reporta podcast no qual "Mauro da Costa Val e Jeferson Custodio que falam do crime da Vale em Brumadinho-MG". Segundo a mídia, "o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho - MG completa 1 ano. O saldo é de 272 mortos, 11 desaparecidos e um longo trecho do Rio Paraopeba contaminado. No mês de janeiro, a Vale recuperou o valor de mercado que tinha antes do crime, chegando a 301 milhões de reais, enquanto muitos atingidos ainda não foram indenizados. O engenheiro Mauro da Costa Val fala da tentativa da mineradora de diminuir a atuação de reparo às vítimas. Já o presidente da Associação de Moradores do Córrego do Feijão Jeferson Custódio fala da saúde física e mental dos atingidos e da falta de água e trabalho para as famílias da região".
Assembleia Legislativa de Minas Gerais ¹⁴	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais reporta a revista Águas de Minas II, na qual Mauro Val é apresentado como porta-voz do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas.
Lattes ¹⁵	1976 - 1981	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Mauro Val é graduado em Engenharia Civil pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão de Itajubá, FAPEPE, Brasil. Última atualização em 19/02/2018.
	1982 - 1991	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Lattes reporta que Mauro Val teria exercido Função Pública na Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, SETAS, Brasil, sob o vínculo de celetista formal. Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva. Última atualização em 19/02/2018.
	1986 - 1987	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Mauro Val realizou uma especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental, pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Última atualização em 19/02/2018.
	1992 - 1992	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Mauro Val realizou uma especialização em Avaliação de Impactos Ambientais, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil. Última atualização em 19/02/2018.
	1992 - 1994	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Mauro Val teria sido Técnico de Nível Superior na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, SMA BH, Brasil, sob o vínculo de servidor público. Carga horária: 40. Última atualização em 19/02/2018. Última atualização em 19/02/2018.

¹³ Fonte: [Apple Podcasts](#). Acesso em 15/06/2020.

¹⁴ Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em 15/06/2020.

¹⁵ Fonte: [Lattes](#). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
		Interações com agentes públicos ou administração pública	
	1999 - 2001	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Mauro Val realizou mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Última atualização em 19/02/2018.
	2001 - 2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Mauro Val teria sido Secretário Executivo no Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, CIBAPAR, Brasil, sob o vínculo de celetista formal. Última atualização em 19/02/2018.
	2009 - 2010	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes reporta que Mauro Val realizou uma especialização em GEO-IT, pelo Centro Universitário UNA, UNA, Brasil. Última atualização em 19/02/2018.
Serviço Geológico do Brasil - CPRM ¹⁶	02/04/1998	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Serviço Geológico do Brasil - CPRM reporta Mauro Val, na condição de representante do "Departamento de Recursos Hídricos - MG", como participante do 2º Seminário Participativo para o Delineamento do Plano de Gestão da APA Carste de Lagoa Santa. Segundo a publicação, a criação desta área de proteção ambiental teria se dado através do Decreto no 98.881, de 25 janeiro de 1990.
Universidade Federal de Minas Gerais ¹⁷	2001	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Federal de Minas Gerais reporta a dissertação apresentada por Mauro Val como "requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos".
RIO+10 Brasil ¹⁸	19/07/2002	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Rio+10 Brasil reporta que Mauro Val seria integrante do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia do Rio Paraopeba. Adicionalmente, o veículo informa que "uma manifestação em frente à Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), em Belo Horizonte, pediu ontem a suspensão dos efeitos da licença concedida à Mineração Rio Verde para ampliação da pilha Oeste do depósito de rejeitos. A Rio Verde fica em São Sebastião das Águas Claras, distrito de Nova Lima, Grande Belo Horizonte, região conhecida por Macacos. Em junho do ano passado, o rompimento de uma estação de rejeitos da Rio Verde matou cinco operários", Ademais, a mídia reporta que Mauro Val "disse que votou favorável à licença da pilha Oeste. 'Pegamos informações no processo, fomos ao local e ela não oferece nenhum risco. Não há vegetação e não será desmatado nenhum metro quadrado. A pilha Leste, sim, pode oferecer risco e vai haver desmatamento'".
The World Bank ¹⁹	16/01/2004	Participação e/ou atuação em outras empresas e	Publicação do The World Bank disponibiliza documento emitido pela Prefeitura

¹⁶ Fonte: [Serviço Geológico do Brasil - CPRM](#). Acesso em 15/06/2020.

¹⁷ Fonte: [Universidade Federal de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

¹⁸ Fonte: [Rio+10 Brasil](#). Acesso em 15/06/2020.

¹⁹ Fonte: [The World Bank](#) Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
		Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Municipal de Betim o qual reporta o envio de ofício a Mauro Val, que seria Coordenador Geral do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba. Segundo informações, o ofício conteria um convite para participação de audiência pública para discutir o "Projeto Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim envolvendo obras de construção de Avenidas Sanitárias, bacias de retenção, instalação de parques ecológicos, interceptores e estação de tratamento de esgoto". Além de Mauro Val, teriam recebido o mesmo convite outros integrantes de entidades públicas e privadas.
Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ²⁰	07/03/2006	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val "integra grupo de trabalho encarregado de regulamentar decreto governamental e artigo da Lei nº 13.199, de 1999, que contém a política estadual de recursos hídricos. Esse artigo trata especificamente das agências de bacia, encarregadas de efetuar a cobrança pelo uso das águas. Iniciados em dezembro de 2005, os estudos precisam estar concluídos em 90 dias".
O tempo ²¹	22/03/2007	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal O tempo reporta Mauro Val seria coordenador geral do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas. Segundo informações, Mauro Val "reconhece o esforço do governo mineiro em torno da preservação da água, mas ressalta a necessidade de implantação de políticas que tornem o processo de limpeza mais eficaz, (...) é preciso implementar as agências regulatórias para que as decisões tomadas pelos comitês regionais, formados por integrantes da sociedade, iniciativa privada e governo, sejam executadas".
Manuelzão ²²	07/2008	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da revista Manuelzão reporta que Mauro Val teria participado de artigo da revista em sua edição 46, ocasião em que teria abordado temas relacionados à licenciamento ambiental junto a Maria Dulce Ricas.
Plano Metropolitan RMBH ²³	04/2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal Plano Metropolitan RMBH cita Mauro Val no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a publicação, "em ocasião do Encontro Aberto do PDDI que discutiu sobre o Núcleo Ambiental, estiveram presentes Rogério Sepúlveda, Presidente do CBH-Velhas, e Mauro da Costa Val, Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do rio Paraopeba (CIBAPAR). Ambos falaram sobre os graves problemas de contaminação e comprometimento dos recursos hídricos em função dos grandes empreendimentos na RMBH. Rogério ressaltou a necessidade de uma articulação maior com os municípios e Mauro, a urgência em modernizar o aparato de monitoramento dos cursos d'água".

²⁰ Fonte: [Diário Oficial do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 15/06/2020.

²¹ Fonte: [O Tempo](#). Acesso em 15/06/2020.

²² Fonte: [Manuelzão](#). Acesso em 15/06/2020.

²³ Fonte: [Plano Metropolitan RMBH](#). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
Fazito Comunicação ²⁴	05/2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Fazito Comunicação reporta a revista Codap de 2010 contendo matéria sobre rio Paraopeba na qual Mauro Val, então Secretário do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba (Cibapar), teria relatado sobre o tema ameaças ambientais, onde citou que <i>"a região não pode deixar o histórico de poluição se repetir. Ele explica que a mineração já deixou grandes prejuízos para o Rio Maranhão, afluente do Paraopeba, que se tornou repositório de resíduos das indústrias. O problema, para o engenheiro, está nas regras definidas pelos licenciamentos ambientais, que não levam em conta a realidade da região. 'Todos os empreendimentos estão legalmente licenciados. A questão é que as regras estão voltadas para o investidor e não para a população. Não há fiscalização e nem acompanhamento. A falha vem de quem determina as regras. Não adianta um estado ser rico e não ter justiça e políticas sociais'"</i> .
Sistema Integrado de Informação Ambiental ²⁵	13/10/2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Sistema Integrado de Informação Ambiental reporta Deliberação CERH-MG nº256 na qual José Carlos Carvalho, então Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do CERH-MG, teria nomeado Mauro Val para compor a <i>"Câmara Técnica de Acompanhamento dos Contratos de Gestão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CTCG/CERH, biênio 2009/2011"</i> na condição de representante do CIBAPAR - Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.
Sistema Integrado de Informação Ambiental ²⁶	2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no Sistema Integrado de Informação Ambiental reporta que Mauro Val teria sido membro da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CTPLAN/CERH como representante do Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Paraopeba.
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES ²⁷	02/05/2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no portal da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES reporta que Mauro Val teria sido <i>"secretário-executivo do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Paraopeba"</i> . Segundo a mídia, <i>"os habitantes dos oito municípios responsáveis por 60% da poluição da Bacia do Rio Paraopeba, que abrange 48 cidades mineiras e fornece metade da água consumida na capital e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), receberam a notícia do investimento de R\$ 610 milhões, até 2014, em projetos de despoluição. A primeira cidade beneficiada será Ibirité, que terá uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e uma rede coletora capazes de garantir que um dos dejetos deixem de ser jogados in natura nos córregos e rios. A construção deve começar"</i> .

²⁴ Fonte: [Fazito Comunicação](#). Acesso em 15/06/2020.

²⁵ Fonte: [Sistema Integrado de informação Ambiental](#). Acesso em 15/06/2020.

²⁶ Fonte: [Sistema Integrado de Informação Ambiental](#). Acesso em 15/06/2020.

²⁷ Fonte: [Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES](#). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
			entre o fim deste ano e o início de 2012. O custo será de R\$ 140 milhões. Os municípios de Betim, Igarapé, Mateus Leme, São Joaquim de Bicas, Brumadinho e Sarzedo, na RMBH, e Conselheiro Lafaiete, na Região Central, também serão beneficiados com os investimentos. Juntas, elas vão receber R\$ 470 milhões para acabar com o despejo de esgoto em rios e córregos".
Tribunal de Justiça de Minas Gerais ²⁸	21/11/2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Carta em papel timbrado enviada pela Vale a Mauro Val, então Secretário Executivo do CBH-Paraopeba/CIBAPAR, referencia o "atendimento a condicionante nº 17 - processo COPAM nº 00245/2004/046/2010 Revalidação da licença de operação - Mina de córrego do feijão". Segundo o documento, faz-se "referência ao processo em epígrafe de interesse da Vale, para encaminhar o relatório de monitoramento do nível d'água da mina de Córrego do Feijão, em atendimento a condicionante nº 17 da Licença de Operação" (sic).
Manuelzão ²⁹	03/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da revista Manuelzão reporta que Mauro Val teria participado de artigo da revista em sua edição 68, ocasião em que teria abordado temas relacionados à supostos atrasos em repasses de verbas aos comitês de bacia que estariam expondo fragilidades do fundo de recursos hídricos de Minas Gerais.
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP ³⁰	06/2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP reporta Mauro Val na "Relação dos Profissionais Inscritos para prestação de serviços como Assistente Técnico na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Convênio nº 06/2014. Período De Vigência 05/09/2017 a 04/09/2018".
Jornal do Nassif ³¹	17/11/2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação no jornal do Nassif reporta que Mauro Val, "engenheiro que atuou durante 20 anos em Conselhos de Recursos Hídricos e Política Ambiental de MG denuncia modelo de barragem de rejeitos e 'rendimento do Estado à mineração, mais tragédias vão acontecer se lógica não mudar'" (sic). Segundo a publicação, Mauro Val teria afirmado que sua "impressão é que o Estado está nas mãos da mineração. E isso não é nada bom para o povo, pois quem está à frente da atividade não dá valor nenhum aos direitos civis. É uma coisa absurda", afirma. O engenheiro acredita que Minas Gerais ainda pode enfrentar muitas tragédias parecidas com a de Mariana se a lógica de construção e gestão das barragens de rejeitos não mudar. Ele já foi conselheiro do Conselho de Recursos Hídricos e do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais por 20 anos e afirma que essa é uma realidade antiga no Estado e que precisa ser revista".

²⁸ Fonte: [Tribunal de Justiça de Minas Gerais](#). Acesso em 15/06/2020.

²⁹ Fonte: [Manuelzão](#). Acesso em 15/06/2020.

³⁰ Fonte: [Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP](#). Acesso em 15/06/2020.

³¹ Fonte: [Jornal do Nassif](#). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
Leis Municipais ³²	06/01/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do portal Leis Municipais informa que Mauro Val teria sido nomeado "para ocupar o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, a partir de 1º de janeiro de 2017". A nomeação teria sido realizada pelo então prefeito de Garça, João Carlos dos Santos.
Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça ³³	05/04/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça informa que Mauro Val teria sido nomeado "para compor o Grupo Executivo Local (GEL) do Município, responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas, de acordo com a cláusula terceira do Termo de Convênio Nº 067/2013, celebrado com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos". A nomeação teria sido realizada pelo então prefeito de Garça, João Carlos dos Santos.
Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça ³⁴	19/04/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça informa que Mauro Val teria sido nomeado "para ocupar a função de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, em cumulação com a função de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E MOBILIDADE URBANA, percebendo o subsídio fixado na Lei 4.770/2012 e no artigo 39, § 4º e 37, X da Constituição Federal, a partir de 1º de março de 2017". A nomeação teria sido realizada pelo então prefeito de Garça, João Carlos dos Santos.
Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça ³⁵	02/06/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça informa que Mauro Val teria sido nomeado para compor o Conselho Municipal de Trânsito como representante do executivo. Adicionalmente, a publicação reporta também que Mauro Val teria sido nomeado para compor o Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social como representante do executivo. Ambas nomeações teriam sido realizadas pelo então prefeito de Garça, João Carlos dos Santos.
Prefeitura Municipal de Garça ³⁶	07/08/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Comunicado realizado pela prefeitura municipal de Garça informa que Mauro Val teria pedido exoneração do cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e de Habitação e Mobilidade Urbana.

³² Fonte: [Leis Municipais](#). Acesso em 22/06/2020.

³³ Fonte: [Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça](#). Acesso em 15/06/2020.

³⁴ Fonte: [Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça](#). Acesso em 22/06/2020.

³⁵ Fonte: [Diário Oficial Eletrônico do Município de Garça](#). Acesso em 22/06/2020.

³⁶ Fonte: [Prefeitura Municipal de Garça](#). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
Observatório das Águas ³⁷	24/07/2018	Interações com agentes públicos ou administração pública Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal Observatório das Águas reporta artigo que teria sido escrito por Mauro Val versando sobre "A Gestão das Águas e os Desafios do Encontro Nacional de Comitês de Bacias"
Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini ³⁸	19/10/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública Outras Parcerias	Publicação do Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini reporta que Mauro Val faria parte da coordenação do Centro. Segundo informações, "a equipe da Assessoria Técnica Rosa Fortini passou por mais uma etapa de capacitação nesta semana. Após receber uma bateria de oficinas na última semana, os profissionais tiveram palestras do oficial/assessor da Cimos (Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais), do Ministério Público mineiro, Luiz Tarcizio Gonzaga; e da coordenação da própria Assessoria: do engenheiro e sanitarista Mauro da Costa Val e do jurista Domingos de Araújo Lima Neto".
Ministério Público de Minas Gerais ³⁹	21/03/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Ministério Público de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria participado, na condição de suplente do Presidente do CBH-Pba, de audiência referente a dois processos que tem a Vale como ré.
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco ⁴⁰	22/03/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco reporta que Mauro Val teria participado da 50ª reunião do comitê da Bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, onde teriam sido discutidos os impactos do rompimento da barragem de brumadinho e as próximas ações. Segundo a publicação, "Ronald Fleischer (Geólogo) e Mauro da Costa Val (Engenheiro Civil), conselheiros do CBH Rio Paraopeba, pontuaram que chumbo e mercúrio não são metais usados normalmente na mineração, e sugeriram, a partir da leitura dos dados de monitoramento, que esses metais tenham vindo de outras fontes que não dos rejeitos que vazaram após o rompimento da barragem em Brumadinho".
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari ⁴¹	06/06/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Mídias adversas	Nota publicada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari reporta a "MOÇÃO DE REPÚDIO às atitudes do Conselheiro Mauro da Costa Val, do CBH-PARAOPEBA, de usar a reunião plenária e as redes sociais para disseminar calúnias e injúrias sem apresentar fundamentos contra os Sistemas Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, bem como apoio àquele comitê e à instauração de procedimento administrativo para apuração e tomada de medidas legais". Segundo informações, "o Conselheiro Mauro da Costa Val agrediu

³⁷ Fonte: [Observatório das Águas](#). Acesso em 15/06/2020.

³⁸ Fonte: [Centro Alternativo de Formação Popular Rosa Fortini](#). Acesso em 15/06/2020.

³⁹ Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁴⁰ Fonte: [Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco](#). Acesso em 15/06/2020.

⁴¹ Fonte: [Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari](#). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
			<i>verbalmente o Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira, de forma absolutamente a extrapolar as convenções de boa conduta e de naturais divergências de ideias e opiniões; (...) vem usando as redes sociais, em especial o facebook, para fazer todos os tipos de acusações aos órgãos ambientais de Minas Gerais, aos seus dirigentes e, inclusive, aos Comitês de Bacias Hidrográficas em geral, englobando o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas - FMCBH, do qual os Comitês que subscrevem esta moção fazem parte".</i>
Câmara Municipal de Belo Horizonte ⁴²	25/07/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação da Câmara Municipal de Belo Horizonte reporta que Mauro Val teria participado da Comissão Parlamentar de Inquérito das Barragens que teria apresentado carta aberta aos municípios da região "chamando atenção não apenas para a necessidade de constante fiscalização de qualquer atividade que possa impactar os sistemas de abastecimento, como também conclamando os municípios a pensarem em um novo modelo de atuação integrada pela preservação dos cursos d'água que abastecem a RMBH". Segundo informações, "o mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e representante da Bacia do Rio Paraopeba, Mauro da Costa Val, criticou a atuação do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), responsável por desenvolver e implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. 'O órgão público criado para garantir como uso prioritário o abastecimento público de água está atuando de maneira a fragilizar a vida, a fragilizar os pequenos usuários, ao priorizar grandes usuários, via de regra as grandes minerações e empresas associadas à Fiemg', afirmou Mauro da Costa Val. Ainda segundo ele, 'se assim continuar, em menos de 10 anos teremos crises homéricas na RMBH e em outras regiões do Estado em função de erros planejados e deliberados pelos órgãos públicos estaduais da área de meio ambiente, principalmente da área de recursos hídricos'".
Ministério Público de Minas Gerais ⁴³	24/09/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Ministério Público de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria participado, na condição de suplente do Presidente do CBH-Pba, de audiência referente a cinco processos que tem a Vale como ré.
Brasil de Fato ⁴⁴	10/12/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal de notícias Brasil de Fato informa sobre o "risco de racionamento de água na região metropolitana de BH" devido ao rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Segundo informações, "em setembro deste ano, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) publicou a Portaria de Outorga que autoriza a Copasa a captar 5.000 litros por segundo de água no Rio Paraopeba na nova captação. No entanto, o parecer técnico emitido pelo órgão

⁴² Fonte: [Câmara Municipal de Belo Horizonte](#). Acesso em 15/06/2020.

⁴³ Fonte: [Ministério Público de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁴⁴ Fonte: [Brasil de Fato](#). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
			no dia 2 setembro afirma que não existe disponibilidade hídrica dessa quantidade de água nem a jusante (para baixo) e nem a montante (sentido da nascente) do rio. Ao conceder a outorga, o Igam justifica que há uma excepcionalidade para o abastecimento público". Ademais, o veículo informa que "o engenheiro Mauro da Costa Val, mestre em saneamento e águas naturais, opina que essa outorga não deveria ter sido concedida à Copasa, uma vez que ela pode impactar diretamente a qualidade e a quantidade da água do Rio Paraopeba. 'Com esse crime da Vale, se a Copasa voltar a tirar esses 5 mil litros por segundo, o que acontecer é que vai aumentar a concentração de contaminantes rios abaixo. Tem uma massa depositada que, sempre quando chove, é como se tivesse ocorrido um novo rompimento. Se tirar esses 5 mil litros por segundo, vai ter a mesma massa no fundo do rio, mas uma quantidade de água muito menor', explica".
Brasil de Fato ⁴⁵	26/01/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no portal de notícias Brasil de Fato reporta que Mauro Val teria sido entrevistado pelo veículo para falar a respeito da possível falta de água na região de Belo Horizonte devido ao rompimento da barragem do Córrego do Feijão. De acordo com a publicação, "Val denunciou o 'regime de exceção' implantado pela Vale no local e alertou sobre a possibilidade de a região metropolitana de Belo Horizonte atravessar uma crise de abastecimento de água por conta da contaminação gerada pela mineradora. 'O futuro do abastecimento de água está na bacia hidrográfica do rio Paraopeba'. O especialista em águas denunciou ainda que água contaminada pela lama foi fornecida pela rede de abastecimento de cidades da rede metropolitana".
Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região ⁴⁶	27/01/2020	Parcerias com ATI em questão	Publicação no portal do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região reporta que o "Membro de uma das assessorias escolhidas para atuar nas comunidades do Paraopeba, o engenheiro civil Mauro da Costa Val, especialista em águas e avaliação de impactos ambientais, também atuou em Mariana, onde presenciou situações que ilustram a desvantagem das vítimas no processo de negociação com a empresa" Vale. Segundo ele, "As assessorias, elas têm o objetivo de reduzir essa assimetria de poder, de influenciar nas decisões. A Vale, com todo esse dinheiro que ela tem, contrata técnicos do maior gabarito, advogados e tal. Lá no início do crime de Mariana, a Vale se reunia para discutir dano, valor de dano, com alguns agricultores, por exemplo, ia o agricultor e a esposa dele, sentado na mesa, sem ter acesso à informação, ao conhecimento, e a Vale com dez advogados".
Tribunal de Justiça de Minas Gerais ⁴⁷	19/05/2020	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas	Publicação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais reporta Mauro Val em listagem de profissionais cadastrados como auxiliar de justiça.

⁴⁵ Fonte: [Brasil de Fato](#). Acesso em 15/06/2020.

⁴⁶ Fonte: [Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região](#). Acesso em 15/06/2020.

⁴⁷ Fonte: [Tribunal de Justiça de Minas Gerais](#). Acesso em 15/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
		e/ou atividades	
		Interações com agentes públicos ou administração pública	
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁴⁸	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2002 o montante de BRL 85,50 referente a despesas com "passagens e despesas com locomoção".
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁴⁹	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2003 o montante de BRL 601,85 referente a despesas com "outros serviços de terceiros - pessoa física".
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁵⁰	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2004 o montante de BRL 730,00 referente a despesas com "passagens e despesas com locomoção" e "outros serviços de terceiros - pessoa física".
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁵¹	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2005 o montante de BRL 100,90 referente a despesas com "passagens e despesas com locomoção" e "diárias - civil".
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁵²	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2006 o montante de BRL 1.484,60 referente a despesas com "passagens e despesas com locomoção" e "material de consumo".
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁵³	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2007 o montante de BRL 982,80 referente a despesas com "passagens e despesas com locomoção", "outros serviços de terceiros - pessoa física", "diárias - civil" e "material de consumo".
Portal da Transparência do	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2009 o montante de BRL

⁴⁸ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁴⁹ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁵⁰ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁵¹ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁵² Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁵³ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ¹¹			
Estado de Minas Gerais ⁵⁴			82,01 referente a despesas com "passagens e despesas com locomoção", "outros serviços de terceiros - pessoa física", e "material de consumo".
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁵⁵	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2010 o montante de BRL 281,25 referente a despesas com "material de consumo" e "outros serviços de terceiros - pessoa física".
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁵⁶	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2019 o montante de BRL 1.514,46 referente a despesas com "outros serviços de terceiros - pessoa física".
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ⁵⁷	20/06/2020	Interações com agentes públicos ou administração pública	Informação disponível no Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais reporta que Mauro Val teria recebido do Estado em 2020 o montante de BRL 52,83 referente a despesas com "indenizações e restituições".

⁵⁴ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁵⁵ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁵⁶ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.

⁵⁷ Fonte: [Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em 22/06/2020.



b) Maria Auxiliadora Lentini da Costa Val

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Maria Auxiliadora Lentini da Costa Val	
CPF	033.673.156-64	
Data de Nascimento	06/11/1930	
Posição	Mãe de Mauro da Costa Val	
Endereço	Rua Ludgero Dolabela, 249, Apartamento 402, Gutierrez, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.441-051	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁵⁸
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	16/06/2020	consta ⁵⁹
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	15/06/2020	N/D ⁶⁰
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta

⁵⁸ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁵⁹ Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

⁶⁰ Não foi possível gerar a certidão, a base de dados informa que: "Contribuinte inscrito no cadastro de ICMS: para imprimir sua certidão é necessário realizar o Login no SIARE com sua senha de acesso. Contribuintes MEI e demais usuários não inscritos na SEF devem comparecer à Administração Fazendária indicada no comprovante do protocolo para imprimir sua certidão". Acesso em 15/05/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ⁶¹				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁶²				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I ⁶³	N/A	N/A	N/A	

⁶¹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶² A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶³ Apesar de não terem sido identificados resultados na base de dados, consta resultado em mídia, disponível para consulta no item Registros de Mídia, deste Relatório.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶⁴							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ⁶⁵	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		01			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ⁶⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁶⁴ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶⁵ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 12/06/2020.

⁶⁶ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.6 Registros de Mídia ⁶⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁶⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “MAYARA MACHADO BEZERRA DE SOUZA PAIS, CPF: 089.002.554-10, coordenadora dos grupos de mobilização da AEDAS.”

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

MAYARA MACHADO BEZERRA DE SOUZA PAIS

JUNHO DE 2020



Building a better
working world



Número do documento: 20070618334386000000121981690

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334386000000121981690>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:44

19 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norteamericano

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Mayara Machado Bezerra de Souza Pais", ("Mayara Pais", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 089.002.554-10, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets") os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
CMS Corretora de Seguros Ltda. "CMS Seguros"	Pessoa Jurídica	09.121.161/0001-08
GH & C Administradora e Corretora de Seguros Ltda. "GH & C Administradora"	Pessoa Jurídica	00.565.533/0001-10
GH & C Empreendimentos e Consultoria Ltda. "GH & C Consultoria"	Pessoa Jurídica	02.526.048/0001-63



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 15 de junho de 2020 a 16 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: “e-saj”, “Projudi”, “PJe”, etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão “Processos Judiciais e Administrativos” são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de

dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa (“localização atual”). Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são proveniente de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2ª grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;

- Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;
- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Mayara Pais
Interações com agentes públicos ou administração pública		-
Parcerias com ATI em questão		-
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		GH & C Administradora
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Mayara Machado Bezerra de Souza Pais

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Mayara Machado Bezerra de Souza Pais	
CPF	089.002.554-10	
Data de Nascimento	21/11/1994	
Posição	Equipe Técnica Multidisciplinar - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social ¹	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A	N/A ³
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade

¹ Informação disponibilizada para elaboração do relatório.

² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³ A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target*.



4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ⁴				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁵				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/D ⁷				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

4.5.1 Processos Judiciais ⁸ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas somente no Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal, COMPROT, CADE, CVM e TCU em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao Target em âmbito nacional. As consultas processuais realizadas deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do Target e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁷ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 16/06/2020.

⁸ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do Target e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁹			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Lattes ¹⁰	2009- 2011	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Lattes informa que Mayara Machado Bezerra de Souza Pais completou o Ensino Médio no Complexo Educacional Contemporâneo. Última atualização em 23/05/2013.
	2012		Publicação do Lattes informa que Mayara Machado Bezerra de Souza Pais possui "graduação em andamento" em Direito Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, LERGN, Brasil. Última atualização em 23/05/2013.
Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia ¹¹	2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte disponibilizou lista de aprovados no curso de Eletrotécnica em que é possível identificar Mayara Machado Bezerra de Souza Pais como uma das pessoas aprovadas.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte ¹²	2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte informa que Mayara Machado Bezerra de Souza Pais estaria dentre os aprovados no Curso de Direito.
Centro Universitário do Rio Grande do Norte ¹³	27/10/2016 a 29/10/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Centro Universitário do Rio Grande do Norte disponibilizou artigo intitulado Convenção nº 169 da OIT e suas contribuições para a questão indígena no Rio Grande do Norte, sendo possível identificar que Mayara Machado Bezerra de Souza Pais: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN seria uma das autoras do trabalho publicado.
Instituto Técnico-Científico De Polícia - ITEP ¹⁴	2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação Instituto Técnico-Científico De Polícia disponibilizou Edital de Deferimento de inscrição para Agente de Necropsica, sendo possível identificar Mayara Machado Bezerra de Souza Pais entre os inscritos.

⁹ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

¹⁰ Fontes: [Lattes](#). Acesso em 15/05/2020.

¹¹ Fontes: [Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia](#). Acesso em 15/05/2020.

¹² Fontes: [Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#). Acesso em 15/05/2020.

¹³ Fontes: [Centro Universitário do Rio Grande do Norte](#). Acesso em 15/05/2020.

¹⁴ Fontes: [Instituto Técnico-Científico De Polícia](#). Acesso em 15/05/2020.



b) CMS Corretora de Seguros Ltda.

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	CMS Corretora de Seguros Ltda.		
Nome Fantasia	CMS Seguros		
CNPJ	09.121.161/0001-08 ¹⁵		
Natureza Jurídica	Sociedade Empresária Limitada		
CNAE Primário	65.120 - Seguros não-vida		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	28/03/1985		
Endereço	Avenida Dantas Barreto ,1186, 15º Andar, sala 1504, São José, Recife - Pernambuco, CEP: 50.010 - 360		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ¹⁶	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ¹⁷	Função/Cargo
Elviro do Carmo Rebouças Neto	020.188.884-04	5,00% / 5,70% ¹⁸	Sócio
Fernando Antônio Burlamaqui Rosado	003.646.494-53	17,00% / 17,90% ¹⁹	Sócio-Administrador
Francisco Ferreira Souto Filho	003.645.254-87	39,00% / 39,90% ²⁰	Sócio-Administrador
Gerson de Souza Pais	012.221.044-15	0,00% / 0,20% ²¹	Sócio
Helena Maria Santos Neves	103.744.264-49	0,00% / 0,20% ²²	Sócio

¹⁵ A busca realizada junto à Receita Federal informa que a empresa se encontra Baixada por Omissão Contumaz desde 09/02/2015. Acesso em 15/06/2020.

¹⁶ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 15/06/2020.

¹⁷ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

¹⁸ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 5,00% e 5,70%, não sendo possível determinar qual é a atual.

¹⁹ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 17,00% e 17,90%, não sendo possível determinar qual é a atual.

²⁰ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 39,00% e 39,90%, não sendo possível determinar qual é a atual.

²¹ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 0,00% e 0,20%, não sendo possível determinar qual é a atual.



4.1 Dados Cadastrais			
Jacy de Paula Costa	013.799.844-91	0,00% / 0,20% ²³	Sócio
Narciso Ferreira Souto	004.413.504-10	17,00% / 17,90% ²⁴	Sócio-Administrador
Tibério Cesar Burlamaqui Rosado	003.645.094-49	17,00% / 17,60% ²⁵	Sócio-Administrador
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ²⁶	
N/I	N/A	N/A	

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	16/06/2020	N/D ²⁷
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	15/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta

²² Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 0,00% e 0,20%, não sendo possível determinar qual é a atual.

²³ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 0,00% e 0,20%, não sendo possível determinar qual é a atual.

²⁴ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 17,00% e 17,90%, não sendo possível determinar qual é a atual.

²⁵ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se participação societária de 17,00% e 17,60%, não sendo possível determinar qual é a atual.

²⁶ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

²⁷ Não foi possível realizar consulta junto a Receita Federal que informou: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 09.121.161/0001-08 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet". Acesso em 16/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ²⁸				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A

²⁸ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Pernambuco	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Pernambuco	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	5ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	6ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Pernambuco	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/D ³⁰				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

4.5.1 Processos Judiciais ³¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

²⁹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

³⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 16/06/2020.

³¹ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.6 Registros de Mídia ³²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

³² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



c) GH & C Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	GH & C Administradora e Corretora de Seguros Ltda.		
Nome Fantasia	N/I		
CNPJ	00.565.533/0001-10 ³³		
Natureza Jurídica	Sociedade Empresária Limitada		
CNAE Primário	66.223 - Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	26/04/1995		
Endereço	Rua Mossoró, 576, 1 andar, sala 10, Edifício Edua, Tirol, Natal- Rio Grande do Norte, CEP: 59.020-090		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ³⁴	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ³⁵	Função/Cargo
Gerson de Souza Pais	012.221.044-15	10,00%	Sócio-Administrador /Sócio ³⁶
Maria do Carmo Machado Bezerra Pais	121.542.533-34	90,00%	Sócio-Administrador / Sócio ³⁷
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ³⁸	
N/I	N/A	N/A	

³³ A busca realizada junto à Receita Federal informa que a empresa se encontra Inapta por Omissão de Declarações desde 07/11/2018. Acesso em 15/06/2020.

³⁴ A busca de websites é limitada ao nome do Target e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o Target. Acesso em 15/06/2020.

³⁵ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

³⁶ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se registro do Target como Sócio Administrador e Sócio, não sendo possível determinar qual seria seu cargo atual.

³⁷ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se registro do Target como Sócio Administrador e Sócio, não sendo possível determinar qual seria seu cargo atual.

³⁸ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	16/06/2020	N/D ³⁹
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	15/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

³⁹ Não foi possível realizar consulta junto a Receita Federal que informou: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 00.565.533/0001-10 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet". Acesso em 16/06/2020.



4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁴⁰				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴¹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Rio Grande do Norte	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Justiça Federal	Rio Grande do Norte	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	5ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	21ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio Grande do Norte	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos					
COMPROT	N/A	N/D ⁴²					

⁴⁰ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁴¹		
CADE	N/A	N/I
CVM	N/A	N/I
TCU	N/A	N/I

4.5.1 Processos Judiciais ⁴³ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal do Estado do Rio Grande do Norte	0632195-42.2009.8.20.0001	30/12/2009	Direito Tributário - Taxas - Municipais - Taxa de Licenciamento de Estabelecimento	Execução Fiscal	Exequente: Município de Natal; Executado: GH & C Administradora e Corretora de Seguros Ltda - ME.

4.6 Registros de Mídia ⁴⁴			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁴² Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 16/06/2020.

⁴³ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴⁴ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



d) GH & C Empreendimentos e Consultoria Ltda.

4.1 Dados Cadastrais			
Razão Social	GH & C Empreendimentos e Consultoria Ltda.		
Nome Fantasia	GH & C Imóveis		
CNPJ	02.526.048/0001-63 ⁴⁵		
Natureza Jurídica	Sociedade Empresária Limitada		
CNAE Primário	68.102 - Atividades imobiliárias de imóveis próprios		
CNAE Secundário	N/I		
Capital Social	N/I		
Data de Abertura	23/10/1997		
Endereço	Rua Mossoró, 576, sala 14, 1 andar, Petrópolis, Natal - Rio Grande do Norte, CEP: 59. 020 - 090		
Outros Endereços	N/I		
Filiais	N/I		
Registro SINTEGRA	N/I		
Website ⁴⁶	N/I		
Acionistas/Sócios/Diretores			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	% Participação ⁴⁷	Função/Cargo
Gerson de Souza Pais	012. 221.044-15	10,00%	Sócio-Administrador / Sócio ⁴⁸
Maria do Carmo Machado Bezerra Pais	121.542.533-34	90,00%	Sócio-Administrador / Sócio ⁴⁹
Participações em Outras Empresas			
Razão Social	CNPJ	% Participação ⁵⁰	
N/I	N/A	N/A	

⁴⁵ A busca realizada junto à Receita Federal informa que a empresa se encontra Baixada por Omissão Contumaz desde 09/02/2015. Acesso em 15/06/2020

⁴⁶ A busca de *websites* é limitada ao nome do *Target* e possíveis variações e, portanto, ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a outras entidades que não sejam o *Target*. Acesso em 12/06/2020.

⁴⁷ O percentual total de participação societária reportado pelas bases de dados consultadas, por características específicas dessas bases para atualização das informações, pode ocasionalmente não completar, ou ultrapassar, a totalidade dos 100%. As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

⁴⁸ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se registro do *Target* como Sócio Administrador e Sócio, não sendo possível determinar qual seria seu cargo atual.

⁴⁹ Em consulta às bases de dados públicas, identificou-se registro do *Target* como Sócio Administrador e Sócio, não sendo possível determinar qual seria seu cargo atual.

⁵⁰ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	16/06/2020	N/D ⁵¹
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	15/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Contratação Pessoas com Deficiência e Beneficiários Reabilitados da Previdência Social	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Consulta de Regularidade do Empregador - FGTS	Caixa Econômica Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

⁵¹ Não foi possível realizar consulta junto a Receita Federal que informou: "As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 02.526.048/0001-63 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet". Acesso em 16/06/2020.



4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁵²				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵³							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Rio Grande do Norte	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Rio Grande do Norte	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	5ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	21ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio Grande do Norte	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos					
COMPROT	N/A	N/D ⁵⁴					

⁵² A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵³		
CADE	N/A	N/I
CVM	N/A	N/I
TCU	N/A	N/I

4.5.1 Processos Judiciais ⁵⁵ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ⁵⁶			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

⁵⁴ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 16/06/2020.

⁵⁵ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵⁶ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “NATHÁLIA FERREIRA GUIMARÃES, CPF: 105.593.486-30, assessora técnica nível pleno da AEDAS.”

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

NATHÁLIA FERREIRA GUIMARÃES

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334386000000121981690

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334386000000121981690>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:44

Num. 123307187 - Pág. 161



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte sùmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



Número do documento: 2007061833438600000121981690
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007061833438600000121981690>
Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:44

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norteamericano



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Nathália Ferreira Guimaraes", ("Nathália Guimarães", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 105.593.486-30, e entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Isabel Cristina Ferreira Guimarães ("Isabel Guimarães")	Pessoa Física	882.195.506-00



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 03 de junho de 2020 a 11 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	-
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Nathália Guimarães
Interações com agentes públicos ou administração pública		Nathália Guimarães
Parcerias com ATI em questão		Nathália Guimarães
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		-
Relação com Vale		-



4. RESULTADOS

a) Nathália Ferreira Guimarães

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Nathália Ferreira Guimarães	
CPF	105.593.486-30	
Data de Nascimento	27/11/1992	
Posição	Equipe Técnica Multidisciplinar da AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social ¹	
Endereço	N/I	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	03/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	N/A ²	N/A
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	03/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	03/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	03/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	03/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	03/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado

¹ Informação disponibilizada para elaboração do Relatório.

² A pesquisa junto à Secretaria da Fazenda não foi realizada em virtude da indisponibilidade de registro de endereços relacionados ao *Target* em âmbito nacional.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	03/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	03/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	03/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	03/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	03/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	03/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	03/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	03/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	03/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	03/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	03/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ³	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ⁴				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

³ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral". Acesso em 03/06/2020.

⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do Target, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁵							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

⁵ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Estado de Minas ⁸	19/03/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo Publicação do Estado de Minas, Nathália Guimarães esteve presente em um debate da UFMG, representando o Diretório Central dos Estudantes como Coordenadora-geral.
Universidade Federal de Minas Gerais ⁹	30/04/2013	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	No portal da Universidade Federal de Minas Gerais foi observado que Nathália Guimarães constava como Suplente na ata de reunião extraordinária do Conselho Universitário da UFMG de 30/04/2013, representando o corpo discente da instituição.
Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais ¹⁰	24/08/2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	No portal da Transparência do Estado de Minas Gerais foi observada despesa favorecendo Nathália Ferreira Guimarães no importe de R\$ 355,20, referente a despesa "Conferências e Exposições da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decorrente da 'PARTICIPAÇÃO COMO DOCENTE NA ATIVIDADE 'FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES', REALIZADA NO DIA 23/05/2015'".
Fundação Mariana Resende Costa ¹¹	07/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	No portal da Fundação Mariana Resende Costa (FUMARC), Nathália Guimarães foi observada na lista do resultado preliminar do Concurso Público da Secretaria de Estado de Educação - SEE - Edital 07/2017, para a vaga de Professor de Sociologia da Educação Básica - PEB - Nível I.
Jusbrasil ¹²	15/07/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	No site Jusbrasil, consta que Nathália Guimarães, militante do Levante Popular da Juventude, representou a Coordenadora Nacional do Movimento Olga Benário, em uma "audiência pública para debater os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no âmbito do Estado".
Secretaria de Estado de Desenvolvimento	2017-2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Foi observado, dentro do Plano Estadual de Assistência Social de Minas Gerais 2020-2023, a citação de Nathália Ferreira Guimarães como membro suplente do Conselho Estadual de Assistência Social- CEAS, gestão 2017/2019, atuando

⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁸ Fonte: Estado de Minas. Acesso em: 05/06/2020.

⁹ Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Acesso em: 05/06/2020.

¹⁰ Fonte: Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais. Acesso em: 05/06/2020.

¹¹ Fonte: Fundação Mariana Resende Costa. Acesso em: 05/06/2020.

¹² Fonte: Jusbrasil. Acesso em: 05/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁷			
Social ¹³			como representante governamental da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.
Diário Do Executivo Minas Gerais - Caderno 1 ¹⁴	21/04/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo Publicação do Diário do Executivo de Minas Gerais, houve a nomeação de Nathália Ferreira Guimarães para "o cargo de provimento em comissão DAD-4 SA1101875, de recrutamento amplo, da Secretaria de Estado de Saúde". A nomeação teria sido realizada pelo então Secretário de Estado Adjunto de Governo de Minas Gerais.
Assembleia Legislativa de Minas Gerais ¹⁵	12/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo o relatório final da Comissão Extraordinária das Mulheres da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Nathália Ferreira Guimarães esteve presente na primeira reunião da Comissão, participando como <i>militante do Levante Popular da Juventude</i> ".
Jornal Minas Gerais ¹⁶	18/05/2019	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo Publicação do Jornal Minas Gerais, houve a nomeação de Nathália Ferreira Guimarães para o cargo de Suplente do Conselho Estadual da Juventude. A nomeação teria sido realizada pelo Governador de Minas Gerais, Romeu Zema Neto.
Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ¹⁷	28/11/2019	Parcerias com ATI em questão	Em publicação do portal do Judiciário de Minas Gerais, foi observada assinatura de Nathália Ferreira Guimarães, representando a AEDAS, em Termo de audiência referente autos do Processo n.º 5010709-36.2019.8.13.0024, da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias, cujo Autor é o Estado de Minas Gerais e Outros, Réu Vale S/A.

¹³ Fonte: [Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social](#). Acesso em: 04/06/2020.

¹⁴ Fonte: [Diário Do Executivo Minas Gerais - Caderno 1](#). Acesso em: 04/06/2020.

¹⁵ Fonte: [Assembleia Legislativa de Minas Gerais](#). Acesso em: 05/06/2020.

¹⁶ Fonte: [Jornal Minas Gerais](#). Acesso em: 05/06/2020.

¹⁷ Fonte: [Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais](#). Acesso em: 04/06/2020.



b) Isabel Cristina Ferreira Guimaraes

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Isabel Cristina Ferreira Guimarães	
CPF	882.195.506-00	
Data de Nascimento	22/07/1968	
Posição	Mãe de Nathália Ferreira Guimarães	
Endereço	Rua Furtado Nunes, 223, Casa 2, Padre Eustáquio, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.730-090	
Outros Endereços	Rua Furtado Nunes, 223, Casa 2, Padre Eustáquio, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.730-090	
	Rua Furtado Nunes, 223, Casa 2, Padre Eustáquio, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.730-090	
	Rua Furtado Nunes, 223, Casa B, Padre Eustáquio, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.730-090	
	Rua Furtado Nunes, 223, Casa B, Padre Eustáquio, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.730-090	
	Rua Furtado Nunes, 223, Casa, Padre Eustáquio, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.730-090	
Rua Jacutinga, 13, Padre Eustáquio, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.730-430		
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	01/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	01/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.3 Bases de Conformidade			
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	01/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	01/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	01/06/2020	Nada consta
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	01/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	01/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	01/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ¹⁸	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente ¹⁹				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁰	
Processos Judiciais	Categorização dos Processos Judiciais

¹⁸ Não foi possível realizar a consulta, a base de dados informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral" Acesso em 04/06/2020.

¹⁹ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do Target, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²⁰ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o Target apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do Target e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ²⁰							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/ Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos			
COMPROT		N/A		N/I			
CADE		N/A		N/I			
CVM		N/A		N/I			
TCU		N/A		N/I			

4.5.1 Processos Judiciais ²¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ²²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

²¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “RENATO CARDOZO ALVARES DE CASTRO, CPF: 991.380.937-15, Equipe Técnica Multidisciplinar - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social.”

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.



Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

RENATO CARDOZO ALVARES DE CASTRO

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334386000000121981690

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334386000000121981690>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:44

Num. 123307187 - Pág. 179



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte sùmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservar o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8



ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIÇÕES

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norteamericano



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

1. ESCOPO

- 1.1. Em 28 de abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Renato Cardozo Alvares de Castro", ("Renato de Castro", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 991.380.937-15, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Joana Cardozo Castro Simonini ("Joana Simonini")	Pessoa Física	991.381.077-91
Margarete Cardozo Alvares de Castro ("Margarete de Castro")	Pessoa Física	769.574.387-91



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 01 de junho de 2020 a 12 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do <i>Target</i>
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente	4.4	-
Doações políticas	4.4	Margarete de Castro Renato de Castro
Filiação partidária	4.4	-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Margarete de Castro Renato de Castro
Interações com agentes públicos ou administração pública		Margarete de Castro Renato de Castro
Parcerias com ATI em questão		Renato de Castro
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		Margarete de Castro Renato de Castro
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	Margarete de Castro
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Margarete de Castro
Relação com Vale		-





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4. RESULTADOS

a) Renato Cardozo Alvares de Castro

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Renato Cardozo Alvares de Castro	
CPF	991.380.937-15	
Data de Nascimento	19/10/1979	
Posição	Equipe Técnica Multidisciplinar - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social ¹	
Endereço	Rua Belisário Augusto, 79, Apartamento 402, Icaraí, Niterói - RJ, CEP: 24.230-200	
Outros Endereços	Travessa Xingu, 24, São Francisco, Niterói - RJ, CEP: 24.360-045 Avenida Borges de Medeiros, 2531, Apartamento 301, Lagoa, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.470-002 Avenida das Américas, 500, Bloco 11, 302, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.640-100 Avenida das Américas, 500, Bloco 11, 301, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.640-100 Avenida Rio Branco, 147, Sala 904, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.040-910 Rua Bogari, 73, 202, Lagoa, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.471-340 Rua Saturnino de Brito, 168, Apartamento 301, Lagoa, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.470-030 Rua Celso Queiroz, 650 Barro Vermelho, São Gonçalo - RJ, CEP: 24.412-260	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ²
Levfort Comércio e Tecnologia Médica Ltda.	05.314.904/0001-05	80,00%
RCA Participações e Administração de Bens Próprios Eireli	33.372.598/0001-07	100,00%
IRCOL - Instituto de Reabilitação da Coluna Vertebral Ltda.	04.045.627/0001-10	0,00%

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	04/06/2020	Nada consta

¹ Informação disponibilizada para elaboração do Relatório.

² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	04/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	04/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	04/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	04/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	04/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	04/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	04/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	04/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	04/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Marcelo Ribeiro Freixo	PSOL	Rio de Janeiro - RJ	2016	BRL 20,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ³							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ⁴ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

³ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁴ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁵			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Associação Brasileira de Antropologia ⁶	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação no <i>website</i> da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia apresenta a programação do evento, na qual consta a dissertação de mestrado de Renato de Castro: "Oitavas indígenas e o caso do licenciamento da barragem de Belo Monte" entre os temas que seriam debatidos. A reunião teria acontecido entre 03 a 06 de agosto de 2014.
Lattes ⁷	2000-2005	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Portal Lattes reporta que Renato de Castro fez graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro como bolsista do CNPQ. Última atualização em 24/05/2019.
	2010	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Portal Lattes reporta que Renato de Castro fez um curso de Contabilidade Geral e Análise de Balanços na Fundação Getúlio Vargas, carga horária de 24 horas. Última atualização em 24/05/2019.
	2011-2014	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Portal Lattes reporta que Renato de Castro fez mestrado em Planejamento Urbano e Regional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Última atualização em 24/05/2019.
	2015	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Publicação do Portal Lattes reporta que Renato de Castro fez um curso de Avaliação de Projetos (<i>Monitoreo Evaluativo de Proyectos usando los Enfoques de Gestión por Result</i>) pela <i>Food and Agricultural Organization of the United Nations</i> na Itália, carga horária de 100 horas. Última atualização em 24/05/2019.
	2017-2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Publicação do Portal Lattes reporta que Renato de Castro fez graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Última atualização em 24/05/2019.
Ministério Público Federal ⁸	15/05/2017	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Denúncia divulgada no <i>website</i> do Ministério Público Federal referente a acusação da Operação Fatura Exposta, que investiga potencial esquema de fraudes na compra de próteses para o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (INTO) e para a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, pelo

⁵ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶ Fonte: [Abant](#). Acesso em 10/06/2020.

⁷ Fonte: [Lattes](#). Acesso em 10/06/2020.

⁸ Fonte: [MPF](#). Acesso em 10/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵			
		Interações com agentes públicos ou administração pública Mídias Adversas	Governo do Estado do Rio de Janeiro durante a gestão de Sérgio Cabral. No documento, é citado que houve um pagamento de propina por doação oficial ao Partido Solidariedade no valor de 500 mil reais pela empresa Levfort Comércio e Tecnologia Médica ME. Segundo o documento: "Buscas no imóvel do investigado [Gustavo Estellita] (...) permitiram identificar um possível "laranja": seu enteado RENATO CARDOZO ALVARES CASTRO. Com efeito, a equipe de policiais que empreendeu a busca localizou uma declaração anual de ajuste de imposto de renda pessoa física (DIRPF) ano calendário 2012, exercício 2013, em que RENATO declara ter recebido da empresa LEVFORT COMERCIO E TECNOLOGIA MEDICA ME, com rendimentos isentos e não tributáveis, R\$ 1.163.000,00 (um milhão, cento e sessenta e três mil reais). Escritos à mão no corpo do documento atribuídos a GUSTAVO ESTELLITA, bem como o fato de que a declaração estava em uma pasta localizado em seu quarto, fortaleceram a suspeita de utilização de RENATO como "laranja". Ademais, durante as buscas, RENATO se mostrou nervoso e alegou que estava desempregado fazia um bom tempo e vivia do dinheiro que sua mãe lhe dava. Não obstante, pesquisas em bancos de dados demonstraram que RENATO era sócio majoritário (com 80% do capital social) da empresa LEVFORT COMERCIO E TECNOLOGIA MÉDICA ME desde 23/09/2020. O próprio GUSTAVO ESTELLITA somente teria passado a figurar como sócio de tal empresa em 09/10/2014, anos depois de ter sido firmado contrato de fornecimento de material hospitalar e serviços de manutenção e conservação de máquinas e equipamentos hospitalares ao INTO e ao Hospital Federal Cardoso Fontes (2010 a 2017). (...) Somente em 2017 a LEVFORT já teria faturado R\$ 849.499,10 (oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e quarente e nove reais e dez centavo) em contrato com o governo federal."
Econodata ⁹	N/I	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	O website da Econodata informa que o quadro societário da empresa Levfort Comercio e Tecnologia Médica Ltda seria composto por Renato Cardozo Alvares de Castro, Gustavo Estellita Cavalcanti Pessoa e Helio Moreira de Azevedo.
Ministério Público de Minas Gerais ¹⁰	17/10/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Em ata de audiência na Comarca de Belo Horizonte sobre a responsabilidade da ré Vale S.A. em recuperar o Rio das Velhas, em Minas Gerais, Renato de Castro teria constado entre os presentes da audiência como representante da AEDAS.
Ministério Público de Minas Gerais ¹¹	28/11/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Em ata de audiência na Comarca de Belo Horizonte sobre extensão por mais 10 meses dos pagamentos emergenciais devidos pela ré Vale S.A. aos moradores das comunidades de Córrego do Feijão, Parque da Cachoeira, Alberto Flores, Cantagalo, Pires e Córrego Ferro-Carvão, atingidos pelo rompimento da

⁹ Fonte: Econodata. Acesso em 12/06/2020.

¹⁰ Fonte: MPMG. Acesso em 10/06/2020.

¹¹ Fonte: MPMG. Acesso em 10/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ⁵			
			barragem, dentre outros beneficiários de programas da Vale, Renato de Castro aparece na lista de presentes vinculado a AEDAS.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

b) Joana Cardozo Castro Simonini

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Joana Cardozo Castro Simonini	
CPF	991.381.077-91	
Data de Nascimento	31/08/1976	
Posição	Irmã de Renato Cardozo Alvares de Castro	
Endereço	Travessa Xingu, 24, São Francisco, Niterói - RJ, CEP: 24.360-045	
Outros Endereços	N/I	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹²
N/I	N/I	N/I

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta

¹² As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
trabalhadores a condições análogas à de escravo			
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
N/I	N/I	N/I	N/I	N/I
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ¹³	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ¹⁴							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

¹³ Não foi possível realizar consulta, a base informa que: "Os dados informados (nome, data de nascimento e/ou filiação) não conferem com aqueles constantes no Cadastro Eleitoral".

¹⁴ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o Target apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do Target e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5 Processos Judiciais e Administrativos ¹⁴							
Justiça Federal	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Federal	2ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ¹⁵	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ¹⁶ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

4.6 Registros de Mídia ¹⁷			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
N/I	N/A	N/A	N/A

¹⁵ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.

¹⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

¹⁷ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



c) Margarete Cardozo Alvares de Castro

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Margarete Cardozo Alvares de Castro	
CPF	769.574.387-91	
Data de Nascimento	16/04/1952	
Posição	Mãe de Renato Cardozo Alvares de Castro	
Endereço	Avenida Anita Nilo Peçanha, 117, São Francisco, Niterói - RJ, CEP: 24.360-210	
Outros Endereços	Rua Geraldo Martins, 201, Bloco 1 Apartamento 1003, Icaraí, Niterói - RJ, CEP: 24.220-380 Travessa Xingu, 24, São Francisco, Niterói - RJ, CEP: 24.360-045 Avenida Borges de Medeiros, 2531, Apartamento 1001, Lagoa, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.470-002 Rua Artigas, 419, Apartamento 6602, Leblon, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.441-140	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹⁸
N/I	N/I	N/I

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	04/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	10/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade			
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	10/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta

¹⁸ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.



4.3 Bases de Conformidade			
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	10/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	10/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	10/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	10/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	10/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	10/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Marcelo Ribeiro Freixo	PSOL	Rio de Janeiro - RJ	2016	BRL 500,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/I	N/A	N/A	N/A	N/A
Pessoa Exposta Politicamente				
Esfera	Instituição	Cargo	Período	
N/I	N/A	N/A	N/A	
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente				
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo	
N/I	N/A	N/A	N/A	

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ¹⁹							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios

¹⁹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
www.ey.com.br

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ¹⁹							
Tribunal de Justiça do Estado	Rio de Janeiro	02	N/I	N/I	N/I	N/I	02
Justiça Federal	Rio de Janeiro	03	02	N/I	N/I	N/I	01
Tribunal Regional Federal	2ª Região	05	N/I	N/I	N/I	N/I	05
Tribunal Regional do Trabalho	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Rio de Janeiro	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	01	N/I	N/I	N/I	N/I	01
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/D ²⁰	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição		Instância/Região/Estado			Quantidade de Registros de Processos		
COMPROT		N/A			N/I		
CADE		N/A			N/I		
CVM		N/A			N/I		
TCU		N/A			N/I		

4.5.1 Processos Judiciais ²¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	0125555-70.2010.8.19.0002	N/I	Despejo por Denúncia Vazia	Procedimento Sumário (Cadastro Ou Convolação Até 17.03.2016)	Autor: Margarete Cardozo Alvares de Castro Réu: Wilson Luiz Azevedo; Vera Lucia da Silva
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	0050734-42.2003.8.19.0002	N/I	Cobrança de Tributo - Dívida Ativa	Execução Fiscal	Executado: Margarete Cardozo Alvares de Castro, Exequente: Município de Niterói
Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro	0044202-34.2016.4.02.5101	N/I	N/I	Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública	Exequente: Margarete Cardozo Alvares de Castro, Lenir das Dores Franco, Maria Tereza da Silva Fonseca Maria Valdeniza Cabral de Souza, Marlene Rea Passos Executado: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

²⁰ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 11/06/2020.

²¹ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ²¹ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro	0500695-58.2019.4.02.5101	N/I	N/I	Restituição de Coisas Apreendidas - Questões e Processos Incidentes - Processo Criminal	Autor: Margarete Cardozo Alvares de Castro Réu: Juízo da 7ª Vara Federal Criminal
Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro	0505071-53.2020.4.02.5101	N/I	N/I	Restituição de Coisas Apreendidas - Questões e Processos Incidentes - Processo Criminal	Autor: Margarete Cardozo Alvares de Castro Réu: Ministério Público Federal
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	0002661-67.2006.4.02.5102	05/06/2006	Vencimentos ou Proventos de Servidores Públicos/Reajuste de 3,17%	Processo Cível e do Trabalho - Processo de Conhecimento - Procedimento de Conhecimento - Procedimento Ordinário	Ativa: Margarete Cardozo Alvares de Castro Passiva: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	0003316-97.2010.4.02.5102	20/10/2010	Vencimentos ou Proventos de Servidores Públicos/Reajuste de 3,17%	Processo Cível e do Trabalho - Embargos à Execução - Processo de Execução - Embargos	Ativa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE Passiva: Margarete Cardozo Alvares de Castro
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	0044202-34.2016.4.02.5101	05/04/2016	N/I	Execução de Sentença Contra Fazenda Pública	Ativa: Margarete Cardozo Alvares de Castro e Outros Passiva: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	0005635-08.2016.4.02.0000	31/05/2016	Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo	Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho	Agravante: Margarete Cardozo Alvares de Castro e Outros Agravado: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	0500695-58.2019.4.02.5101	12/04/2019	N/I	Incidente de Restituição de Coisas Apreendidas	Ativa: Margarete Cardozo Alvares De Castro Passiva: Juízo da 7ª Vara Federal Criminal
Superior Tribunal de Justiça	0005635-08.2016.4.02.0000 ARESP-1374317	03/10/2018	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público - Servidor Público Civil - Sistema Remuneratório e Benefícios	Agravo em Recurso Especial	Agravante: Margarete Cardozo Alvares de Castro, Lenir das Dores Franco, Maria Tereza da Silva Fonseca, Maria Valdeniza Cabral de Souza, Marlene Rea Passos, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Agravado: Os mesmos



4.6 Registros de Mídia ²²			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ²³	2001	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Em estudo do IBGE sobre a presença do Instituto no território nacional, Margarete de Castro é creditada como coordenadora da Equipe Técnica e teria feito a apresentação do projeto.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ²⁴	01/2002	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Em resultados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, Margarete de Castro consta como membro da Equipe Técnica e coordenadora das Atividades de Apoio Administrativo.
Jusbrasil ²⁵	06/05/2002	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Página 21 da Seção 2 do Diário Oficial da União (DOU), divulgada no <i>website</i> Jusbrasil, reporta que: "O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE, [NUNO DUARTE DA COSTA BITTENCOURT] usando de suas atribuições, resolve: N 194 - Exonerar MARGARETE CARDOZO ALVARES DE CASTRO, matrícula n 0763310, do cargo em comissão de Coordenador, da Coordenação de Planejamento e Supervisão, da Diretoria Executiva, DAS-101.3, desta Fundação (...). Nomear MARGARETE CARDOZO ALVARES DE CASTRO, matrícula n 0763310, para exercer o cargo em comissão de Assistente, da Diretoria Executiva, DAS-102.2, desta Fundação.", assinado pelo Presidente em exercício do IBGE Nuno Duarte da Costa Bittencourt.
Jusbrasil ²⁶	09/11/2012	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Página 67 do da seção 2 do Diário Oficial da União, divulgada no <i>website</i> Jusbrasil, reporta decreto nº 1799 que altera os termos da portaria que concedeu aposentadoria à ex-servidora Margarete Cardozo Alvares de Castro, com percepção de proventos adicionais a 70% do vencimento a serem incluídos a partir de 16/12/2011.
Jusbrasil ²⁷	19/08/2019	Interações com agentes públicos ou administração pública Mídias adversas	Página 1190 da Judicial - JFRJ do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, divulgada no <i>website</i> Jusbrasil, reporta processo nº0500695-58.2019.4.02.5101 no qual consta a seguinte decisão: "Trata-se de pedido de restituição, formulado por MARGARETE E CARDOZO ALVARES DE CASTRO (fls. 52/54), de um Iphone modelo MG472LL/A, Imei 35 836406 939580 2, com chip da operadora TIM, de nº 98302-7941. O bem foi apreendido durante o

²² A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

²³ Fonte: [IBGE](#). Acesso em 10/06/2020.

²⁴ Fonte: [IBGE](#). Acesso em 10/06/2020.

²⁵ Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 11/06/2020.

²⁶ Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 10/06/2020.

²⁷ Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 11/06/2020.



4.6 Registros de Mídia ²²

			<p><i>cumprimento do mandado de apreensão nº BQS.0044.0004077/2018, na esfera da Operação "S.O.S", em diligência de busca e apreensão em desfavor de GUSTAVO ESTELLITA. Às fls. 18/21, a requerente juntou aos autos o laudo pericial do aparelho pleiteado. Às fls. 43/44, informa a Polícia Federal que o bem já foi periciado de acordo com os requisitos elaborados pelo MPF, consoante laudo nº 2157/2018 (fls.18/21). O MPF, às fls. 48/50, manifestou-se pelo indeferimento ao argumento de ser evidente a complexidade envolvida na extração de dados de dispositivos eletrônicos apreendidos. Afirma ainda que a pesquisa realizada no material disponibilizado não pode ser considerada exaustiva. É o relatório. DECIDO."</i></p>
--	--	--	--



Belo Horizonte, 22 de junho de 2020.

Ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA E AUTARQUIAS DA COMARCA DE BELO HORIZONTE

Ref.: Processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024

Requerente: ESTADO DE MINAS GERAIS, DPMG, MINISTÉRIO PÚBLICO – MPMG

Requerido: VALE S.A.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S (“EY”), ora designada como empresa prestadora de serviços de Asseguração Razoável no processo em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao previsto na contratação em referência, apresentar o presente Relatório Factual referente às pesquisas em fontes de informações públicas referente ao Terceiro “Romero Wagner do Carmo, CPF: 537.648.546-34, Equipe Técnica Multidisciplinar - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social”.

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 “Procedimentos Executados e Limitações de Escopo” deste Relatório (“Relatório”), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras da Contratante, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto de análise para a execução dos trabalhos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais). Na hipótese de as informações públicas obtidas estarem relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Sendo o que havia para o momento, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de dúvidas adicionais.

ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

Relatório Factual Preliminar Levantamento de Informações

ROMERO WAGNER DO CARMO

JUNHO DE 2020



Building a better
working world

Número do documento: 20070618334462900000121981694

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334462900000121981694>

Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:45

Num. 123307191 - Pág. 21



26 de junho de 2020

A/C: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Ref.: Relatório Factual Preliminar

Att.: Vossa Excelência Sr. Elton Pupo Nogueira

Prezada Excelência Sr. Juiz,

De acordo com os termos da Declaração de Trabalho datada de 27 de março de 2020, assinada entre Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY" ou "Nós") e Vale S.A ("Vale" ou "Cliente" ou "Contratante"), sob a Ordem de Serviço (OS) 01-2020, a EY foi contratada para prestar, dentre outros, serviços de auditoria de dispêndios e auditoria finalística de asseguarção das atividades das assessorias técnicas no âmbito do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024 (processo).

Os procedimentos executados pela EY, descritos no item 2 "Procedimentos Executados e Limitações de Escopo" deste Relatório ("Relatório"), foram realizados por meio de pesquisas em fontes de informações públicas, e não constituem, para nenhum fim ou sob nenhuma circunstância, exame, auditoria, revisão, compilação ou atestado das demonstrações financeiras do Cliente, ou dos terceiros em análise, ou revisão de seus controles internos, cujas informações podem ter sido objeto do nosso Serviço.

A EY não expressa opinião ou parecer legal sobre os assuntos aqui discutidos. Além disso, a EY, seus sócios ou empregados não fornecerão, como parte deste trabalho, nenhum tipo de assessoria legal.

Parte dos dados e informações analisados e utilizados para a elaboração deste Relatório foram disponibilizados e/ou estabelecidos à EY. A EY não executou nenhum procedimento para garantir a completude e a precisão desses dados e informações para todos os efeitos que possam ser relevantes para o resultado dos Serviços. Por esta razão, a EY não pode ser e não será responsabilizada pela identificação de todos estes aspectos, por quaisquer perdas ou contingências que possam surgir da não identificação de quaisquer elementos que possam ter algum impacto em relação aos assuntos aqui discutidos.

A EY pode ter acessado fontes de informação públicas (por exemplo: periódicos especializados, publicações da indústria, mídia, registros públicos, fontes de informações comerciais.). Caso as informações públicas obtidas estejam relacionadas ao escopo deste Relatório, essas serão providas ao Cliente ou citadas neste documento. A EY não é responsável por avaliar, verificar ou validar informações coletadas de fontes públicas.

Da mesma forma, não faz parte do escopo dos nossos trabalhos a análise quanto à autenticidade, confiabilidade ou integridade das informações obtidas; a avaliação quanto à suficiência das informações e procedimentos conduzidos pela EY e; a avaliação de eventuais questões não identificadas como consequência de eventuais omissões de informações, inclusive no caso das referidas informações terem sido disponibilizadas à EY, mas não especificamente aos seus profissionais responsáveis pela prestação dos Serviços aqui previstos.

Os Serviços, informações, registros, dados ou recomendações apresentadas nos Relatórios (ou outra modalidade de reporte) fornecidos pela EY, em fase de elaboração ou em versão final (coletivamente "Relatórios"), destinam-se exclusivamente para a informação e uso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e tão somente nos autos do processo nº 5071521-44.2019.8.13.0024. Neste sentido, não se pode divulgar, verbalmente ou por escrito, este Relatório, ou parte súmula resumo deste, ou fazer referência à EY com relação a este, a terceiro sem prévia autorização da EY, a qual deverá concordar com o uso proposto e reservará o direito de executar procedimentos adicionais que julgar necessários para adequar o Relatório ao uso pretendido, cujos custos incorridos para essa adequação serão de responsabilidade do Contratante.

O Contratante concorda que quaisquer decisões tomadas e/ou executadas por ele não serão incluídas dentro de nossas responsabilidades e que, ao tomar tais decisões, o Contratante levará em consideração as restrições do escopo do nosso trabalho e fatores comerciais e legais adicionais dos quais o Cliente está ciente, ou deveria estar, com base em outras fontes além do nosso trabalho.

A EY não assume nenhum tipo de responsabilidade ou compromisso de atualizar o Relatório para refletir eventos que possam ter ocorrido após a prestação dos Serviços e entrega da versão final do Relatório, ou por causa da aplicação de recomendações e/ou ações que não estejam expressamente indicadas no nosso escopo de trabalho, descrito no item 2 deste Relatório.

Atenciosamente,

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.



Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

ÍNDICE

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES	2
1. ESCOPO	3
2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO	4
3. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
4. RESULTADOS	8

Restrito e confidencial
PRELIMINAR - Sujeito a alteração e finalização
L2 - Versão 12



Número do documento: 20070618334462900000121981694
<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070618334462900000121981694>
Assinado eletronicamente por: SILVIA MARIA DA MOTA CUNHA DIAS - 06/07/2020 18:33:45

ÍNDICE DE ACRÔNIMOS E ABREVIações

BRL - Real Brasileiro

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CEF - Caixa Econômica Federal

CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas

CEPIM - Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas

CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COMPROT - Sistema de Comunicados e Protocolos do Ministério da Fazenda

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICIJ - *International Consortium of Investigative Journalists*

ME - Ministério da Economia

N/A - Pesquisas ou Informação não aplicável ao tema referenciado

N/D - Pesquisas ou Informações indisponíveis para consulta ou análise sobre o tema referenciado

N/I - Pesquisas ou Informações não identificadas sobre o tema referenciado

OFAC - *Office of Foreign Assets Control*

ONU - Organização das Nações Unidas

PEP - Pessoa Exposta Politicamente

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

TCU - Tribunal de Contas da União

TJ - Tribunal de Justiça do Estado

TRF - Tribunal Regional Federal

TST - Tribunal Superior do Trabalho

USD - Dólar Norte-americano



1. ESCOPO

Em 28 de Abril de 2020, a EY recebeu a solicitação para prestar serviços de *Integrity Due Diligence*, considerando fontes de informações públicas, com relação ao Terceiro "Romero Wagner do Carmo", ("Romero Carmo", "Terceiro" ou "Target"), inscrito no CPF sob o número 537.648.546-34, e com relação a entidades e/ou familiares a ele relacionados (em conjunto com o Terceiro, "Targets"), os quais, conforme informação fornecida pelo Cliente, estão listados a seguir:

1.1.

Nome/Razão Social	Natureza	CPF/CNPJ
Alessandra do Carmo	Pessoa Física	011.909.966-77
Alexandre do Carmo	Pessoa Física	000.618.286-02
Meire Rocha	Pessoa Física	663.534.836-00



2. PROCEDIMENTOS EXECUTADOS E LIMITAÇÕES DE ESCOPO

2.1. Os procedimentos consistiram em pesquisas em fontes de informações públicas. Entre o período de 28 de abril de 2020 a 26 de junho de 2020, a pesquisa procurou identificar as seguintes informações:

- 2.1.1. Registros corporativos;
- 2.1.2. Registros de dívidas fiscais e outros débitos financeiros;
- 2.1.3. Registros de falências e recuperações judiciais;
- 2.1.4. Registros de processos judiciais e administrativos;
- 2.1.5. Registros relacionados a temas regulatórios;
- 2.1.6. Registros de filiação partidária;
- 2.1.7. Registros de doações eleitorais;
- 2.1.8. Registros de Pessoas Expostas Politicamente (PEP);
- 2.1.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*;
- 2.1.10. Registros de mídias digitais;

2.2. Em adição às nossas limitações gerais de escopo, listadas em nossa Carta de Contratação, foram identificadas pela EY, durante a prestação de serviço, as seguintes limitações:

- 2.2.1. Registros corporativos: Devido às limitações dos registros corporativos eletrônicos em alguns estados brasileiros, a EY compara as informações obtidas por meio de diversos registros públicos e comerciais. Esses registros podem ser discrepantes entre as bases de dados;
- 2.2.2. Registro de dívidas fiscais e outros débitos financeiros: A presente pesquisa foi conduzida em mecanismos de busca de registros fiscais em níveis federais e estaduais. As informações colhidas são organizadas pela Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Procuradoria-Geral do Estado e o registro do Ministério das Finanças de questões tributárias em andamento (COMPROT). Os registros oficiais são limitados em mostrar dívidas pendentes e, por isso, as instâncias em que o débito já tenha sido pago não foram incluídas nesse atual escopo;
- 2.2.3. Registros de falências e recuperações judiciais: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.4. Processos judiciais e administrativos: A presente pesquisa de indicadores de registros de processos judiciais civis, criminais, administrativos, tributários, eleitorais e trabalhistas foi conduzida nos tribunais/cortes/instituições considerando registros eletrônicos legais em nível federal e nos estados em que os *Targets* possuem registros de endereço, identificados com base nos registros em bases de dados disponíveis. As pesquisas foram conduzidas utilizando como termo de pesquisa o nome/razão social e/ou CPF/CNPJ dos *Targets*, quando possível. Pela limitação de informação acessível nas bases eletrônicas de pesquisa, outros dados podem estar disponíveis em registros físicos nos tribunais. Análises detalhadas dos registros de processos judiciais e administrativos identificados podem ser feitas mediante solicitação do Cliente e serão orçadas separadamente;
 - Não serão realizadas quaisquer análises ou interpretações jurídicas dos processos identificados;
 - As bases de dados consultadas podem estar desatualizadas, e podem não trazer resultados sobre processos judiciais e administrativos distribuídos nos últimos 5 (cinco) dias úteis contados da realização das pesquisas;
 - Os resultados das pesquisas apresentados na Seção 4 deste Relatório estão limitados aos processos judiciais e administrativos em que o *Target* consta como parte em instâncias estaduais e federais. As pesquisas de processos são realizadas em repositórios de registros judiciais eletrônicos (ex: "e-saj", "Projudi", "PJe", etc.), limitados pela ferramenta de pesquisa a 100 resultados por fonte, por instância e por Estado;
 - Os resultados quantitativos dos processos na sessão "Processos Judiciais e Administrativos" são categorizados conforme a entidade onde tramita, neste sentido os processos que constam nas bases de dados como provenientes do Ministério Público Federal são classificados e contabilizados nos tribunais, cortes ou instituições nos quais o processo se encontra no momento da pesquisa ("localização atual").

Desta forma, os processos indicados neste Relatório no campo do Ministério Público Federal referem-se apenas aos processos que constam em tramitação na Procuradoria-Geral de Justiça;

- Os resultados quantitativos classificados na Justiça Federal são provenientes de processos identificados em diários oficiais e no Ministério Público Federal que não se classificam no Tribunal Regional Federal e podem não indicar a totalidade de processos vinculados aos *Targets*, visto que a consulta de processos na Justiça Federal possui limitações específicas para cada estado;
 - Os resultados da pesquisa de processos judiciais e administrativos detalhados, quando disponíveis, estarão limitadas ao tribunal de origem, número de identificação do processo, data de distribuição, valor da causa, vara/câmara/turma, assunto e classe do processo registrado em fontes de informação pública, partes envolvidas nos processos e status da última movimentação;
 - Caso sejam identificados processos que tramitem em instâncias ou tribunais diferentes sob o mesmo número processual, estes serão contabilizados e detalhados de forma independente;
 - Não serão feitos procedimentos para identificar processos incidentes ou apensados aos processos de origem. Estes serão contabilizados de forma individual;
 - Os processos judiciais e administrativos reportados são provenientes de bases de dados de fontes públicas. Não serão reportados resultados de processos judiciais e administrativos identificados nas buscas de mídia.
 - Categorização dos Processos: Os processos judiciais contabilizados são classificados conforme seleção de categorias previamente acordada com o Cliente;
- 2.2.5. Registros relacionados a temas regulatórios: As informações estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e brasileiras;
- 2.2.6. Filiação Partidária: A consulta foi realizada na base disponibilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) utilizando o número do título de eleitor dos *Targets*, quando identificado.
- 2.2.7. Doações eleitorais: A base de doações eleitorais contém informações sobre doações políticas realizadas para candidatos, comitês e partidos políticos no período de 2002 a 2018, disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As informações sobre doações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa responsabilidade. A data da última atualização das informações contidas na base de dados ocorreu em junho de 2015 para os anos de 2002 a 2014, novembro de 2016 para o ano de 2016 e fevereiro de 2019 para o ano de 2018;
- 2.2.8. Pessoa Exposta Politicamente: A consulta de Pessoa Exposta Politicamente é proveniente de bases de dados de provedores de fontes públicas e os resultados reportados no item Pessoa Exposta Politicamente limitam-se aos registros identificados em consulta as bases que listam pessoas expostas politicamente e pessoas que possuem registro de relacionamento com pessoas expostas politicamente;
- A Base de dados de Pessoas Expostas Politicamente utilizada pela EY contém informações de pessoas de nacionalidade brasileira ou estrangeira que tenham ocupado cargos, empregos ou funções públicas relevantes no Brasil ou no Exterior, nos últimos 5 (cinco) anos, (“Titulares ou ex-Titulares”), assim como seus parentes (até o 2º grau) e estreitos colaboradores (“Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente”), conforme Resolução n. 29/2017 do COAF. A última atualização desta base ocorreu em 18 de dezembro de 2019 e a base consultada possui 186.850 registros.
- 2.2.9. Registros em listas restritivas internacionais e outros registros relacionados à *Compliance*: A presente pesquisa foi realizada com base em registros internacionais de *Compliance*. Os registros consultados são: OFAC (*Office of Foreign Assets Control*), EU (*European Union*), UN (*United Nations*), FRNL (*French Sanctions List*) e ICIJ (*Offshore list database by the international consortium of investigative journalists*);
- 2.2.10. Registros de mídias digitais: A presente pesquisa foi realizada por meio de mecanismos de busca eletrônicos e de fontes de informação eletronicamente públicas e disponíveis, relacionadas a fontes midiáticas disponíveis em inglês e português;
- A busca de registros de mídias é limitada ao nome completo do *Target* e seu nome fantasia, quando aplicável, combinado com palavras-chave previamente acordadas com o Cliente. Ressalva-se a possibilidade de resultados relacionados a homônimos ou nomes similares;
 - Reforçamos que os resultados gerados pelas pesquisas por termos de busca (palavras-chave) apresentam resultados diferentes quando feitas em momentos distintos por motivos inerentes dos mecanismos de busca na internet.
 - Serão observados até 100 (cem) resultados das pesquisas de mídia e reportados neste Relatório os resultados que estejam relacionados aos temas previamente acordados com o Cliente;
 - Caso sejam identificadas mais de uma mídia a respeito do mesmo assunto e com conteúdo similar, será incluída neste Relatório apenas uma das notícias;

- 2.2.11. Quando possível, a pesquisa foi conduzida com a utilização apenas do número do CPF ou CNPJ do *Target*. Em algumas ocasiões, a pesquisa pode apenas ser realizada pelo nome/razão social do *Target* casos nos quais não é possível confirmar se as informações obtidas pertencem aos *Targets* pesquisados;
- 2.2.12. As informações contidas neste Relatório estão limitadas à registros eletronicamente disponíveis em fontes de informações públicas e de âmbito nacional, exceto informações de Pessoas Expostas Politicamente, mídias digitais e listas restritivas internacionais;
- 2.2.13. A pesquisa em fontes de informação pública está sujeita a limitações inerentes, como erros de digitação, entre outros;
- 2.2.14. As informações podem estar desatualizadas nas fontes consultadas, razão pela qual não podemos assegurar sua atualização, fidedignidade ou precisão;
- 2.2.15. A EY utiliza fontes de informações que são públicas de banco de dados de provedores de fontes públicas. No entanto, salientamos que não temos nenhuma responsabilidade de avaliar ou verificar as informações recolhidas a partir de tais fontes públicas. A EY não é responsável pela integralidade, precisão ou veracidade dessas informações podendo haver um risco que certas informações sejam falsas, incompletas ou desatualizadas. Nós não assumimos a responsabilidade por este risco. Essas informações podem sofrer alterações e/ou atualizações que estão fora de nossa alçada.



3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. O objetivo deste procedimento é o de identificar, em fontes de informações públicas, registros relacionados aos *Targets*, considerando os elementos listados a seguir, sem prejuízo de que outras informações eventualmente identificadas e não relacionadas a estes elementos, sejam apresentadas neste Relatório. Com base nos procedimentos executados, limitados em natureza e extensão e descritos na Seção 2 deste Relatório, foram identificados os seguintes resultados:

Elemento	Itens de Referência	Nome do Target
Registro de falência e/ou recuperações judiciais indicados em registros corporativos	4.1	-
Registro de Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas	4.2	-
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais	4.3	-
Registro em pesquisas internacionais de <i>Compliance</i>	4.3	-
Pessoa exposta politicamente	4.4	-
Relacionamento com pessoa exposta politicamente		-
Doações políticas		Romero do Carmo
Filiação partidária		-
Registros de mídia relacionados a:		
Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	4.6	Romero do Carmo Alexandre do Carmo Alessandra do Carmo
Interações com agentes públicos ou administração pública		Romero do Carmo Alexandre do Carmo Alessandra do Carmo
Parcerias com ATI em questão		Romero do Carmo
Outras Parcerias		-
Possível atividade da empresa		-
Mídias adversas		-
Processos judiciais e/ou administrativos cuja matéria esteja relacionada a:		
Crimes/Atividades ilegais (e.g. fraude, suborno, corrupção, concorrência desleal e/ou crime ambiental)	4.5	-
Trabalho escravo, trabalho infantil ou violação de direitos humanos		-
Recuperações judiciais e/ou falências		-
Outros litígios (e.g. civil, tributário, trabalhista, administrativo)		Romero do Carmo Alexandre do Carmo
Relação com Vale		-





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4. RESULTADOS

a) Romero Wagner do Carmo

4.1 Dados Cadastrais		
Nome Completo	Romero Wagner do Carmo	
CPF	537.648.546-34	
Data de Nascimento	08/12/1964	
Posição	Equipe Técnica Multidisciplinar - AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social	
Endereço	Rua dos Guajaras, 167, Apartamento 1032, Barro Preto, Belo Horizonte, MG, Cep: 30180-101	
Outros Endereços	Rua dos Oitis, 272, C1, Lucio de Abreu, Contagem, MG, Cep: 32016-025 Rua dos Guajaras, 1268, Apartamento 1032, Barro Preto, Belo Horizonte, MG, Cep: 30180-101	
Participações em Outras Empresas		
Razão Social	CNPJ	% Participação ¹
N/I	N/A	N/A

4.2 Certificados			
Débitos Fiscais, Trabalhistas, Administrativos e Infrações Trabalhistas			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Certidão de Débitos Federais e Dívida Ativa da União	Receita Federal	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Regularidade Fiscal Estadual	Secretaria da Fazenda Estadual	17/06/2020	N/D ²
Certidão de Débitos Trabalhistas	Tribunal Superior do Trabalho	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos Trabalhistas decorrentes de Autuações	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Infrações Trabalhistas	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Débitos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Embargos	IBAMA	12/06/2020	Nada consta

4.3 Bases de Conformidade
Registros e/ou Débitos Regulatórios, Conformidade, Anticorrupção e Criminais

¹ As informações identificadas sobre o percentual de participação societária são provenientes da base de dados consultada e, por essa razão, poderá existir a indicação de 0,00%.

² Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 17/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4.3 Bases de Conformidade			
Descrição	Órgão Emissor	Data da Consulta	Resultado
Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Portal da Transparência	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Licitantes Inidôneos	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Certidão de Inabilitados para Função Pública	Tribunal de Contas da União	12/06/2020	Nada consta
Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	Conselho Nacional de Justiça	12/06/2020	Nada consta
Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo	Ministério da Economia	12/06/2020	Nada consta
Pesquisas Internacionais de Compliance			
Descrição	Data da Consulta	Resultado	
Lista de Sanções - OFAC	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - ONU	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - União Europeia	12/06/2020	Nada consta	
Lista de Sanções - França	12/06/2020	Nada consta	
Offshore Leaks - ICIJ	12/06/2020	Nada consta	

4.4 Vínculos Políticos				
Doações Eleitorais				
Beneficiário	Partido Político	Localidade	Ano	Valor
Rogério Correia de Moura Baptista	PT	Inexistente - MG	2002	BRL 1.500,00
Neila Maria Batista Afonso	PT	BELO HORIZONTE - MG	2004	BRL 50,00
Neila Maria Batista Afonso	PT	BELO HORIZONTE - MG	2004	BRL 1.000,00
Neila Maria Batista Afonso	PT	BELO HORIZONTE - MG	2004	BRL 50,00
Rogério Correia de Moura Baptista	PT	Inexistente - MG	2006	BRL 165,00
Rogério Correia de Moura Baptista	PT	Inexistente - MG	2006	BRL 800,00
Neila Maria Batista Afonso	PT	BELO HORIZONTE - MG	2016	BRL 400,00
Filiação Partidária				
Partido Político	Data de Filiação	Município	UF	Situação
N/D ³	N/A	N/A	N/A	N/A

³ Não foi possível realizar consulta devido à indisponibilidade da base de dados. Acesso em 17/06/2020.





Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Avenida Juscelino Kubitschek, 1909
8º andar - Torre Norte
Itaim Bibi - 04543-011
Fone: +55 11 2573-3000
São Paulo, SP, Brasil
<http://www.ey.com.br>

4.4 Vínculos Políticos			
Pessoa Exposta Politicamente ⁴			
Esfera	Instituição	Cargo	Período
N/I	N/A	N/A	N/A
Relacionamento com Pessoa Exposta Politicamente ⁵			
Pessoa Exposta Politicamente	CPF	Relacionamento	Vínculo
N/I	N/A	N/A	N/A

4.5 Processos Judiciais e Administrativos ⁶							
Processos Judiciais			Categorização dos Processos Judiciais				
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado	Quantidade de Registros de Processos	Crimes/Atividades Ilegais	Trabalho escravo, infantil ou violação de direitos humanos	Recuperações Judiciais e/ou Falências	Relação com a Vale	Outros litígios
Tribunal de Justiça do Estado	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Justiça Federal	Minas Gerais	01	N/A	N/A	N/A	N/A	01
Tribunal Regional Federal	1ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional do Trabalho	3ª Região	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Regional Eleitoral	Minas Gerais	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior do Trabalho	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Superior Tribunal de Justiça	N/A	03	N/A	N/A	N/A	N/A	03
Supremo Tribunal Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Ministério Público Federal	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Tribunal Superior Eleitoral	N/A	N/I	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Processos Administrativos							
Tribunal/Corte/Instituição	Instância/Região/Estado		Quantidade de Registros de Processos				
COMPROT	N/A		N/I				
CADE	N/A		N/I				
CVM	N/A		N/I				
TCU	N/A		N/I				

⁴ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁵ A consulta de pessoa politicamente exposta foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁶ As pesquisas de processos civis, criminais, administrativos, tributários, ambientais e trabalhistas foram realizadas nos tribunais/cortes/instituições dos Estados em que o *Target* apresentou indicativos de endereço. As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.5.1 Processos Judiciais ⁷ - Informações Adicionais (caso aplicável)					
Tribunal/Corte/Instituição	Número do Processo	Data de Distribuição	Assunto	Classe	Partes
Superior Tribunal de Justiça	5069400-43.2019.8.13.0024	18/05/2020	N/I	Despejo por falta de pagamento cumulado com cobrança	Autor: Geraldo Eustaquio da Silva, Réus: Romero Wagner do Carmo, Sidnei de Oliveira Santos, Paulo Henrique de Oliveira Santos
Superior Tribunal de Justiça	19930032689-9	01/06/1994	Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público, Organização Sindical, Eleições Sindicais.	N/I	Recorrente: Sindicato dos Trabalhadores Em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte STEFBH e Outro, Recorrido: Romero Wagner do Carmo e Outros
Superior Tribunal de Justiça	20000036009-0	17/08/2000	Direito Tributário, Contribuições, Contribuições Especiais, Fgts - Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço.	N/I	Agravado: Romero Wagner do Carmo e Outro, Agravante: Caixa Econômica Federal
Justiça Federal do Estado de Minas Gerais	0040921-87.1997.4.01.3800	N/I	N/I	Cumprimento de Sentença	EXQTE: Romero Wagner do Carmo, EXCDO: Caixa Econômica Federal

⁷ As consultas processuais realizadas nos tribunais/cortes/instituições deram-se a partir da pesquisa pelo nome completo do *Target* e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.



4.6 Registros de Mídia ⁸			
Fonte	Data de Registro	Tema	Descrição
Almg ⁹	05/12/2002	Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo Diário do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Romero Wagner do Carmo foi exonerado do cargo de Secretário de Gabinete (8 horas) do Deputado Rogério Correia e foi nomeado como Auxiliar Técnico Executivo I (4 horas).
Almg ¹⁰	02/02/1999	Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo Diário do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Romero Wagner do Carmo foi nomeado ao cargo de Agente de Serviços de Gabinete (horas) no Gabinete do Deputado Rogério Correia.
Contagem Minas Gerais ¹¹	16/04/2007	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Segundo a mídia Contagem Minas Gerais, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Contagem, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas teria realizado a exoneração de Romero do Wagner do Carmo do cargo de Adjunto Parlamentar Nível V e do cargo de Motorista Parlamentar Nível VI.
Agência Minas ¹²	02/2016	Interações com agentes públicos ou administração pública Parcerias com ATI em questão	Segundo o Governo do Estado de Minas Gerais. Romero do Carmo foi parte dos "Colaboradores do Grupo de Trabalho" para emissão do Relatório de "Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG".
Diário do Executivo ¹³	30/03/2016	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a Secretária do Estado de Governo teria designado Romero Wagner do Carmo "MASP 566594-8, ocupante do cargo de provimento em comissão DAD-6 EG1100324, para responder pela Diretoria de Articulação e Diálogo da Secretaria de Estado de Governo."
Jusbrasil ¹⁴	2016	Interações com agentes públicos ou administração pública	Segundo o portal Jusbrasil Nilmário de Miranda, Secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, teria designado Romero Wagner do Carmo titular do Comitê Estadual de respeito à Diversidade Religiosa, instituído pelo Decreto nº 46.935/2016, para mandatos no biênio 2016-2018.
Diário do Executivo ¹⁵	21/06/2018	Participação e/ou atuação em outras empresas e Participação e/ou atuação dos sócios em outras empresas e/ou atividades	Segundo o Diário do Executivo de Minas Gerais o Secretário de Estado do Desenvolvimento Agrário (SEDA), no uso das atribuições prevista nomeia os membros do Grupo Executivo Permanente para implementação de estratégias

⁸ A consulta de mídia foi realizada através da busca pelo nome do *Target*, e, portanto, ressalva-se a possibilidade de tratar-se de homônimo.

⁹ Fonte: [Almg](#). Acesso em 25/06/2020.

¹⁰ Fonte: [Almg](#). Acesso em 25/06/2020.

¹¹ Fonte: [Contagem Minas Gerais](#). Acesso em 26/06/2020.

¹² Fonte: [Agência Minas](#). Acesso em 17/06/2020.

¹³ Fonte: [Diário do Executivo](#). Acesso em 17/06/2020.

¹⁴ Fonte: [Jusbrasil](#). Acesso em 17/06/2020.

¹⁵ Fonte: [Diário do Executivo](#). Acesso em 26/06/2020.

